

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 106.476 - AL (2018/0332918-3)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : A DOS S (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

ALEXSANDRO DOS SANTOS, recorrente neste recurso em habeas corpus, estaria sofrendo coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas**, que denegou o HC n. 0802743-89.2018.8.02.0000.

A defesa requer a revogação da prisão preventiva, dada a ausência de motivação concreta para tanto, o que foi repetido na sentença condenatória, motivo pelo qual não poderia o Tribunal local haver julgado prejudicado o *writ* lá impetrado.

Não houve pedido liminar.

O Ministério Público Federal, em seu parecer de fls. 198-206, opinou pelo não provimento do recurso.

Decido.

A Corte local assim consignou, ao entender pela **prejudicialidade** do habeas corpus:

Colhe-se dos autos que o paciente foi denunciado pela prática do crime de tentativa de estupro. O denúncia explica que no dia 30/06/2015, por volta das 17h20m, no bairro do Vergel do Lago, a vítima "caminhava em direção a sua residência, quando foi agarrada por Alexsandro dos Santos e este afirmava agressivamente: **'que ia colocar o pênis em seu ânus'**, alegando que a mesma era **'bolacheira e que ia voltar a ser mulher'** (fls. 78/79). Descreve, ainda, que no momento da ação o acusado **foi surpreendido pelo irmão da vítima, que entrou em vias de fato com o referido.**

Narra-se, também, que a vítima ficou bastante assustada, uma vez que o denunciado disse que iria **'rsgála e jogá-la no leito da rua'** e que, por causa das ameaças, **perdeu o emprego e seu pai e filho estão temerários em**

sair de casa. Descreve-se, ainda, que 'a vítima foi encontrada bastante nervosa, chorando, alegando que não aguentava mais ser ameaçada por seu vizinho'.

Ao contrário do alegado na impetração, de que o paciente ficou solto durante todo o processo, verifica-se que o paciente foi preso em flagrante e teve sua prisão convertida em preventiva no dia 02/07/2015 (fls. 17/23). Somente em 21/08/2015 o magistrado acolheu o pedido da defesa e **revogou a prisão do paciente** (fls. 95/97), **momento em que impôs as medidas cautelares descritas no artigo 319,1, II, IV e IX do CPP¹.**

Porém, após a audiência de instrução e julgamento, **o magistrado entendeu por decretar a prisão preventiva do paciente para a garantia da ordem pública.** Senão vejamos trechos da decisão:

Ora, *in casu*, a vítima narrou em audiência de instrução que o acusado era **seu vizinho e que durante muito tempo ameaçava estuprá-la, tendo, inclusive, começou a destelhar o banheiro de sua residência e que depois, cavou um túnel em direção à residência da mesma.**

Afirmou ainda que o acusado **passou a dizer para outros vizinhos da vítima que iria estuprá-la, esfaqueá-la e jogá-la na pista, porque segundo ele, a vítima não gosta de homem.**

Por fim, relatou que **teve que se mudar de sua residência por medo, em virtude das ameaças sofridas, e que hoje tem que arcar com um aluguel alto, pois não tem segurança em seu imóvel.**

Assim, não é preciso um compulsar mais abalizado dos autos para perceber que faz-se necessária a decretação da prisão provisória do acusado, com fulcro na **garantia da ordem pública, tendo em vista a periculosidade do mesmo e o risco que sua soltura representa à Sociedade.**

No que diz respeito à presença do *fumus comissi delicti*, registre-se que a prova da materialidade da infração penal e os indícios de autoria encontram suporte nas declarações prestadas pelas testemunhas e declarações da vítima.

Igualmente satisfeito se afigura o terceiro requisito *periculum libertatis*, pois o acusado possui personalidade violenta, voltada ao cometimento de

práticas delitivas, tendo em vista que conforme a própria vítima relatou **o mesmo chegou a incendiar o seu jardim para passasse o fogo para casa da vítima.**

Como se vê, o decreto de prisão é fundamentado no relato da vítima prestado durante a audiência de instrução, o qual da conta que **o paciente a perseguia, ameaçava de estuprá-la afirmando que ela era "bolacheira" e que ia fazer ela voltar a ser mulher, bem como teria tentado ingressar na sua residência, o que, é suficiente para a manutenção da prisão com fulcro na garantia da ordem pública, devido a periculosidade do paciente, revelada por seu comportamento relacionado à vítima.**

Todavia, o presente *writ* encontra-se prejudicado, uma vez que já foi **prolatada a sentença em 13/07/2018, tendo sido julgado procedente o pedido contido na denúncia para condenar o paciente a uma pena de 06 (seis) anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime de tentativa de estupro.**

Consequentemente, o édito condenatório **constitui novo título construtivo**, estando o paciente custodiado desta vez por força do regime fechado fixado na sentença (fls. 164-166, destaquei).

O entendimento esposado no Tribunal de origem está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, segundo a qual, sobreindo a **prolação de sentença condenatória** em desfavor do paciente, o Juízo singular empreende nova avaliação sobre os fundamentos suscitados para a imposição da segregação cautelar (art. 387, § 1º do CPP).

Logo, como as razões expostas na sentença não foram submetidas ao crivo daquele Tribunal, sua apreciação implicaria indevida supressão de instância, razão pela qual é defeso o exame da matéria. Assim, de fato, evidencia-se a **prejudicialidade** do *writ*, em que se pretende a revogação da prisão preventiva.

Ademais, **o recurso não veio acompanhado de cópia da referida sentença**, o que afeta sobremaneira a exata compreensão do caso, inviabilizando-se, assim, o exame do alegado constrangimento ilegal de que estaria, eventualmente, sendo vítima o recorrente.

Ilustrativamente:

HABEAS CORPUS. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DA FUNGIBILIDADE. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRISÃO CAUTELAR. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA. PEDIDO PREJUDICADO. NOVO TÍTULO. NECESSIDADE DE PRONUNCIAMENTO DA CORTE ESTADUAL.

1. Em atenção aos princípios da fungibilidade, da instrumentalidade das formas, da ampla defesa e da efetividade do processo, deve ser o pedido de reconsideração, sobretudo porque protocolado dentro do prazo legal, recebido como agravo regimental, uma vez que esse é o recurso cabível.

2. **Consoante reiterada jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, a superveniência de sentença penal condenatória, por constituir novo título judicial a embasar a constrição cautelar do acusado, torna prejudicado o exame de writ que questiona decreto de prisão preventiva anterior.**

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(RCD no HC n. 399.146/RJ, Rel. Ministro Antonio Saldanha Palheiro, 6ª T., DJe 2/3/2018, destaqui)

À vista do exposto, nos termos do art. 34, XX, c/c o art. 246, ambos do RISTJ, **nego provimento ao recurso ordinário em habeas corpus.**

Em tempo, corrija-se a autuação, tão somente para que conste o nome do agravante por extenso, tendo em vista que, na espécie, não há motivo legal para a ocultação da identidade do réu. O segredo de justiça a que alude o art. 234-B do Código Penal visa à proteção da vítima, o que, no presente caso, não deixará de ocorrer com a publicidade dada ao nome do suposto autor das condutas narradas, como se faz em relação a autores de quaisquer crimes.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

